

Grupos de Pesquisa de Política Educacional: análise da opinião de líderes

Education Policy Research Groups: analysis of the leaders' opinion

Jefferson Mainardes¹
Universidade Estadual de Ponta Grossa
jefferson.m@uol.com.br

Resumo: O artigo apresenta uma análise de 70 questionários online respondidos por líderes de Grupos de Pesquisa de Política Educacional, de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB/CNPq). O referencial teórico foi estruturado a partir de conceitos da teoria de Bourdieu e, também, nas noções de comunidades epistêmicas e comunidades de práticas. Concluiu-se que: a) há um consenso que os Grupos de Pesquisa são fundamentais no processo de formação de pesquisadores; b) as principais dificuldades referem-se à falta de tempo para os estudantes participarem em todas as atividades do grupo, ausência de financiamento e falta de infraestrutura; c) os Grupos de Pesquisa necessitam ser mais valorizados nas universidades e pelos órgãos de fomento; e d) há necessidade da realização de mais pesquisas, principalmente voltadas à análise da estrutura e do funcionamento de grupos na grande área de Ciências Humanas e Sociais e também da área de Educação.

Palavras-chave: Grupos de Pesquisa; Política Educacional; Epistemologia

Abstract: The paper presents an analysis of 70 online questionnaires answered by leaders of Education Policy Research Groups, from groups registered in the Directory of Research Groups in Brazil (*Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – DGPB/CNPq*). The theoretical framework was structured based on concepts drawn from Bourdieu's theory and also on the notions of epistemic communities and communities of practice. It was concluded that: a) there is a consensus that Research Groups are fundamental in the process of training researchers; b) the main difficulties refer to the lack of time for students to participate in all group activities, lack of funding and lack of infrastructure; c) Research Groups need to be more valued at universities and by funding agencies; and d) there is a

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Financiamento: CNPq

need to carry out more research, mainly aimed at analyzing the structure and functioning of groups in the large area of Human and Social Sciences and also in the area of Education.

Keywords: Research Groups; Education policy; Epistemology

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da opinião de líderes de Grupos de Pesquisa de Política Educacional sobre a importância, a estrutura e o funcionamento dos grupos. Os dados explorados neste artigo integram uma pesquisa mais ampla, que teve por objetivo mapear os Grupos de Pesquisa de Política Educacional e obter dados sobre a opinião dos líderes². É importante destacar que o termo “Políticas Educacionais” é empregado em um sentido bastante amplo, como campo acadêmico que abarca diversas áreas e temáticas, em especial a Política e Gestão da Educação, as Políticas Públicas em Educação e outros termos relacionados.

Em termos metodológicos, a pesquisa sobre Grupos de Pesquisa pode ser dividida em três níveis de abordagem: macro, meso e micro. A pesquisa de nível macro objetiva apresentar mapeamentos mais amplos de Grupos de Pesquisa de uma determinada área, região geográfica ou recorte temporal. As pesquisas de nível meso podem explorar aspectos tais como a dinâmica do funcionamento dos grupos, políticas de financiamento (indução, desenvolvimento, consolidação de Grupos de Pesquisa); políticas institucionais; nível de interatividade de Grupos de Pesquisa (nacional e internacional); relação entre Grupos de Pesquisa, prestígio acadêmico-científico e internacionalização etc. A pesquisa no nível micro permite explorar a trajetória de Grupos de Pesquisa, as estratégias utilizadas nos grupos, as relações pessoais que se estabelecem etc. (MAINARDES, 2021b). A pesquisa relatada neste artigo enquadra-se nas pesquisas de nível meso, pois reuniu dados sobre Grupos de Pesquisa de um determinado campo (Política Educacional), cujas questões direcionavam-se à estrutura, ao funcionamento e a opiniões dos líderes sobre as contribuições dos grupos para a formação de pesquisadores.

A pesquisa realizada junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB) permitiu catalogar dados de 275 Grupos de Pesquisa de Política Educacional, assim distribuídos: 103 na região Sudeste (37,4%), 71 no Sul (25,8%), 40 no Nordeste (14,6%), 32 no Centro-Oeste (11,6%) e 29 na região Norte (10,6%)³. O total de Linhas de Pesquisa de Política Educacional é de 651. O total de líderes de grupos é de

² A pesquisa envolveu as seguintes etapas: 1) Levantamento bibliográfico e análise da literatura nacional e internacional sobre Grupos de Pesquisa; 2) Levantamento bibliográfico e análise da literatura sobre Grupos de Pesquisa de Política Educacional; 3) Coleta de dados dos Grupos de Pesquisa de Política Educacional, junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e 4) Aplicação de um questionário *online* para líderes dos Grupos de Pesquisa incluídos no levantamento realizado na terceira etapa. Neste artigo, serão explorados os dados referentes à quarta etapa da pesquisa.

³ A lista completa dos 275 Grupos de Pesquisa de Política Educacional (Brasil) encontra-se no disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.36591.36003>

453⁴, sendo 118 homens e 335 mulheres. O questionário *online* foi enviado para os líderes dos 275 grupos e contou com 70 respondentes.

Grupos de Pesquisa: conceituação e importância

Sime Poma (2014) considera um Grupo de Pesquisa como uma micro-associação voluntária de acadêmicos, com a participação eventual de alunos, os quais se auto-organizam de acordo com normas cognitivas e de interação para construir e difundir conhecimentos em torno de certas temáticas, condicionadas por políticas de sua instituição e de seus país. Lucio e Duque (2001 *apud* SIME POMA, 2017) indicam as seguintes características dos Grupos de Pesquisa:

- a) São formados por um grupo de pessoas ligadas (real ou virtualmente) a uma instituição universitária ou centro de pesquisa, com tempo considerável dedicado à pesquisa, que contribuem para a sua área com novos conhecimentos.
- b) Possuem linhas básicas de investigação definidas.
- c) Submetem, periodicamente, a sua produção (ênfoques, procedimentos, resultados) para o escrutínio de pares em fóruns, seminários, simpósios, publicações.
- d) Contam com certa liberdade e independência acadêmica diante das políticas estatais e de patrocinadores.
- e) Há uma continuidade nas temáticas pesquisadas.
- f) Incluem a sua participação em publicações.
- g) Manejam recursos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa (LUCIO; DUQUE, 2001 *apud* SIME POMA, 2017, tradução nossa).

López-Yáñez e Altopiedi (2015) indicam que os Grupos de Pesquisa são a parte mais importante do sistema científico em todas as sociedades, mas são também a mais delicada, por serem especialmente sensíveis às mudanças e às contradições que as cercam, as de natureza social, política e acadêmica (WHITLEY; GLAËSER, 2014 *apud* LÓPEZ-YÁÑES; ALTOPIEDI, 2015).

A literatura nacional e internacional sobre Grupos de Pesquisa destaca a sua importância para a formação de pesquisadores, bem como para o desenvolvimento da pesquisa. Em 1983, Ziman propôs o conceito de “coletivização da ciência”. Para o autor, a coletivização da ciência mudou não apenas a função social da ciência, mas também sua sociologia interna. Os cientistas deveriam ser considerados membros de uma comunidade transnacional dedicada à “busca da verdade” (ZIMAN, 1983, p. 213). A coletivização gera pressão por eficiência e responsabilidade pública. A partir desse conceito, Blasi e Romagnosi (2009, p. 1) destacam que a coletivização da ciência pode efetivar-se por meio dos Grupos de Pesquisa e enfatizam a importância deles como “unidade elementar” de análise na definição de políticas e para uma melhor governança das universidades.

⁴ Alguns Grupos de Pesquisa contam com dois líderes. O questionário foi enviado apenas para o primeiro líder de cada grupo.

As pesquisas sobre o tema indicam também que há diferenças significativas no funcionamento dos Grupos de Pesquisa de um campo científico para outro. O Grupo de Pesquisa é claramente mais importante no campo da Medicina e da Saúde, enquanto a realização de pesquisas em uma rede internacional é mais importante nas Ciências Naturais (Física, Química, Biologia, Geologia, Astronomia). Nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), os grupos são espaços privilegiados para discussões sobre leituras, debates, orientação coletiva, planejamento de publicações eventos etc. (MAINARDES, 2021b).

No Brasil, a emergência dos Grupos de Pesquisa está estreitamente relacionada ao conjunto da legislação e das recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a Pós-Graduação no Brasil, a atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as metas e as propostas dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). A institucionalização dos Grupos de Pesquisa teve início na década de 1980. No entanto, em instituições com Programas de Pós-Graduação (PPGs) mais consolidados já havia iniciativas de Grupos de Pesquisa.

A partir da década de 1970, a Capes definiu que os PPGs deveriam organizar-se em áreas de concentração e linhas de pesquisa, definindo uma “identidade”. A Resolução Nº 5, de 10 de março de 1983, da Capes, estabeleceu normas de funcionamento e de credenciamento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, recomendando que os PPGs se organizassem em Linhas de Pesquisa. O pedido de credenciamento incluía, conforme o Art. 6º, inciso IV, a comprovação de “Experiência de pesquisa do grupo, demonstrada mediante a descrição da atividade criadora específica dos membros do corpo docente e a produção de trabalhos originais” (BRASIL, 1983, n.p.). A partir da citada Resolução, diversos documentos e orientações das avaliações da Pós-Graduação pela Capes, bem como chamadas e editais, deixaram clara a ideia de que os Grupos de Pesquisa são essenciais na formação de pesquisadores na Pós-Graduação.

Em 1992, o CNPq criou o DGPB. A criação do DGPB/CNPq contribuiu de forma significativa para a institucionalização dos Grupos de Pesquisa no Brasil. No âmbito do CNPq, diversas chamadas passaram a incluir, como pré-requisito das propostas, a articulação com Grupos de Pesquisa do Brasil e do exterior. Em algumas chamadas, como é o caso da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (2020, 2021), a interação com outros grupos e redes de pesquisa foi um dos critérios de avaliação. A importância dos Grupos de Pesquisa foi também destacada em todos os PNPG (MAINARDES, 2021b).

Pode-se argumentar que, no Brasil, ao longo de 30 anos de existência do DGPB/CNPq, os Grupos de Pesquisa integram a cultura de pesquisa no Brasil, especialmente na Pós-Graduação, e tem contribuído para o fortalecimento da pesquisa, bem como para a melhoria da formação de pesquisadores e a ampliação de intercâmbios e parcerias com grupos e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Referencial teórico

O referencial teórico deste estudo foi estruturado a partir de conceitos da teoria de Bourdieu e também das noções de comunidades epistêmicas e comunidades de práticas. Para Bourdieu e Wacquant (2012), o ofício de pesquisador é um *modus operandi* e um *habitus*. O *habitus* científico é uma “regra encarnada”

(BOURDIEU; WACQUANT, 2012, p. 277), ou melhor, um *modus operandi* científico que funciona em um estado prático de acordo com normas que não são necessariamente explicitadas (conhecimentos codificados e conhecimentos tácitos). A formação do *habitus* científico é complexa, pois envolve “[...] traduzir problemas altamente abstratos a operações científicas totalmente práticas” (BOURDIEU; WACQUANT, 2012, p. 274), o que pressupõe uma relação muito peculiar com o que ordinariamente se chama de “teoria” e “empíria”. Assim, não há outra maneira de dominar os princípios fundamentais de uma prática (e a prática da pesquisa científica não é uma exceção) que a de praticá-los junto a um guia ou “treinador” que dê segurança e tranquilidade (BOURDIEU; WACQUANT, 2012). Para Bourdieu (2003), tornar-se um cientista não se trata apenas do conhecer normas e métodos experimentais, mas, sim, tratar como um verdadeiro “ofício”, o qual exige um conhecimento prático, um “saber-fazer” que só pode ser conseguido por meio do *habitus* científico. As práticas dos cientistas tornam-se possíveis pela existência de um *habitus* de competências e de interesses específicos (RAGOUET, 2017). A partir disso, considera-se que a participação em Grupos de Pesquisa, ao lado das disciplinas (de Graduação e de Pós-Graduação), sessões de orientação, participação em eventos, é uma atividade altamente relevante na aquisição do *habitus* científico. Já a participação de pesquisadores experientes é também significativa, pois pode propiciar o desenvolvimento de projetos de pesquisa mais abrangentes, com a participação e a cooperação de membros do grupo e de outros parceiros.

Para Degn *et al.* (2018), os Grupos de Pesquisa podem ser entendidos como “comunidades de prática” e não como entidades organizacionais formais (equipes de trabalho mais tradicionais). Nos Grupos de Pesquisa, os pesquisadores (experientes ou iniciantes) podem adquirir as noções de desenvolvimento da pesquisa, habilidades, técnicas, procedimentos, bem como têm a oportunidade de socialização e de aprendizagem em um contexto grupal.

Feldman, Divoll e Klyve (2013) defendem que os Grupos de Pesquisa são, ao mesmo tempo, comunidades de prática e comunidades epistêmicas. Como comunidade de práticas, os grupos têm um domínio de interesse compartilhado que é amplamente definido por sua disciplina científica e mais estritamente definido por suas perguntas de pesquisa. São comunidades que se envolvem, em conjunto, em atividades de pesquisa, ajudando-se mutuamente e compartilhando informações sobre seus interesses de pesquisa. Os membros dos Grupos de Pesquisa são profissionais envolvidos na prática da ciência. As comunidades de práticas podem ser locais para a criação de conhecimento (FELDMAN; DIVOLL; KLYVE, 2013). Para Wenger (2006 *apud* FELDMAN; DIVOLL; KLYVE, 2013, p. 226), comunidades de prática “[...] são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou uma paixão por algo que fazem e aprendem a fazê-lo melhor à medida que interagem regularmente”. As comunidades de práticas têm três características cruciais: (a) um domínio de interesse compartilhado; (b) um grupo de pessoas, chamado comunidade, que se envolve em atividades e discussões conjuntas, ajuda mútua e compartilhamento de informações; e (c) um repertório compartilhado de recursos: experiências, histórias, ferramentas, formas de abordar problemas recorrentes – em suma, uma prática compartilhada (WENGER, 2006 *apud* FELDMAN; DIVOLL; KLYVE, 2013, p. 226). Os Grupos de Pesquisa podem ser locais para aprender o conhecimento e as habilidades necessárias para participar legitimamente no empreendimento da ciência usando os

repertórios do domínio científico (STUCKY, 2005 *apud* FELDMAN, DIVOLL; KLYVE, 2013, p. 226). Como comunidades epistêmicas, os Grupos de Pesquisa são espaços de debate e de apropriação de pressupostos epistemológicos específicos. São também espaços de produção de conhecimento e podem conduzir ao crescimento da proficiência intelectual e metodológica.

Revisão de literatura

A literatura sobre Grupos de Pesquisa no Brasil (em geral e especificamente da área de Educação) ainda é escassa se comparada à literatura internacional. Na área de Educação, após pesquisa exaustiva, foram catalogados 56 trabalhos, sendo três teses, duas dissertações, dois livros, quatro capítulos de livros e 45 artigos⁵. Do total de artigos, oito referem-se a Grupos de Pesquisa de Política Educacional. Cinco artigos referem-se à trajetória de Grupos de Pesquisa de Política e Gestão da Educação, publicados em um dossiê sobre a temática (ADRIÃO, 2012; GEMAQUE; GUTIERREZ; MENDES, 2012; LUCE *et al.*, 2012; OLIVEIRA; ASSIS, 2012; TAVARES, 2012). Os trabalhos de Matos e Reis (2019) e Matos, Reis e Costa (2020) exploram características dos grupos de Política Educacional da região Norte. O artigo de Mainardes (2021b) apresenta um panorama dos Grupos de Pesquisa de Política Educacional no Brasil. A partir da literatura existente, delineou-se uma pesquisa mais abrangente que permitiu a catalogação de 275 grupos e a aplicação de um questionário *online* visando obter dados sobre os Grupos de Pesquisa de Política Educacional no Brasil.

As pesquisas acadêmicas sobre Grupos de Pesquisa, em inglês e espanhol, são abundantes, principalmente nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Segundo Kyvik e Reymert (2017), a primeira extensa investigação de Grupos de Pesquisa foi realizada na década de 1970 (ANDREWS, 1979 *apud* KYVIK; REYMERT, 2017). A comunicação e a colaboração entre os membros da equipe, o papel do líder, a experiência da pesquisa e o tamanho do grupo foram identificados como fatores importantes para explicar a variação na produtividade do grupo. Esses fatores foram examinados em um grande número de outros estudos sobre tamanho e produtividade, cooperação dentro dos grupos, o papel do líder e a importância dos grupos para alunos de Doutorado (KYVIK; REYMERT, 2017).

Metodologia

A pesquisa envolveu a aplicação de um questionário *online*, enviado por *e-mail* individual para os 275 líderes dos Grupos de Pesquisa catalogados a partir de um levantamento realizado junto ao DGPB/CNPq.

⁵ A lista completa dos trabalhos sobre Grupos de Pesquisa em Educação, atualizada em novembro de 2021, encontra-se disponível em: <http://doi.org/10.13140/RG.2.2.34236.77446>. Ver também o artigo de Mainardes (2021c).

Os *e-mails* foram localizados no próprio DGPB/CNPq. O questionário foi previamente testado e contava com questões abertas e fechadas que contemplavam os seguintes tópicos:

- a) Informações gerais: nome do pesquisador; idade; sexo; nome do Grupo de Pesquisa; Instituição; ano de formação do grupo; número de pesquisadores, estudantes, outros participantes.
- b) Aspectos do funcionamento do grupo: frequência dos encontros; estratégias utilizadas; responsável pela seleção dos textos discutidos; principais temáticas discutidas; responsável pela coordenação das reuniões; principais contribuições do grupo para os participantes; dificuldades encontradas, aspectos negativos ou problemáticos.
- c) Perspectivas teórico-epistemológicas: perspectivas teórico-epistemológicas privilegiadas; principais autores utilizados para fundamentar as pesquisas; perspectiva teórica (ou perspectivas teóricas) empregada(s) pelos pesquisadores do grupo; explicitação ou não da perspectiva teórico-epistemológica; discussões a respeito da explicitação da perspectiva teórica pelos participantes do grupo.
- d) Pesquisa e produção de conhecimento: parcerias do grupo com outros grupos e redes de pesquisa; principais associações científicas das quais os membros participam, eventos, discussões sobre questões éticas.

O questionário foi respondido por 70 líderes, nos meses de novembro e dezembro de 2019. Do total de respondentes, 52 são mulheres (74,3%) e 18 são homens (25,7%). As idades variavam de 36 a 77 anos, sendo a maior concentração na faixa de 50 a 55 anos (22 respondentes). Com relação à região, 24 respondentes eram do Sudeste; 20, do Sul; 11, do Nordeste; nove, do Centro-Oeste; e seis, do Norte. Do total de respondentes, 32 atuam em universidades federais; 16, em estaduais; 14, em comunitárias/filantrópicas; e oito, em instituições privadas. O ano de formação do grupo variava de 1995 a 2018, sendo a maior concentração (29 grupos) formados entre 2010 e 2015.

Com relação ao número de pesquisadores nos grupos, houve variação de dois a 53 participantes, sendo a maior concentração de dois a oito pesquisadores (45 grupos – 64,3%). O número de mestrandos variou de um a 25; e o de doutorandos, de um a 12. Com relação à participação de alunos de Graduação, oito respondentes informaram que não havia alunos desse nível de ensino, mas outros líderes informaram que havia alunos de Graduação, que variou de um a 18 estudantes. Com relação à participação de professores da Educação Básica, 27 respondentes informaram que não contavam com professores da Educação Básica e, nos demais, o número de participantes desse segmento variava de um a 30.

Como já afirmado, o convite para responder ao questionário foi enviado por *e-mail* individual para o líder do Grupo de Pesquisa. Aos respondentes foram garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações; assim sendo, eles são denominados, neste artigo, com a letra “L” (Líder) + número correspondente ao sujeito (ex.: L1, L2, L3 e assim sucessivamente). A primeira questão do questionário referia-se ao consentimento para participar da pesquisa. Foi esclarecido que, ao responder o questionário, o respondente concordava em participar da pesquisa.

Análise de dados

Esta seção abordará os aspectos relacionados ao funcionamento dos Grupos de Pesquisa, as contribuições dos Grupos de Pesquisa de Política Educacional, as dificuldades enfrentadas nos Grupos de Pesquisa, as perspectivas teórico-epistemológicas dos Grupos de Pesquisa, os intercâmbios e as parcerias dos Grupos de Pesquisa e, por fim, a Ética em Pesquisa

Aspectos relacionados ao funcionamento dos Grupos de Pesquisa

Com relação à frequência dos encontros do grupo, os respondentes informaram o seguinte: a) encontros quinzenais: 29 respostas; b) mensais: 26 respostas; c) semanais: nove respostas; d) semestrais: duas respostas; e) bimestrais: duas respostas; f) de acordo com a necessidade: uma resposta; e g) um encontro mensal e outras atividades quinzenais: uma resposta.

As estratégias utilizadas pelos Grupos de Pesquisa estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Estratégias utilizadas pelos Grupos de Pesquisa

Estratégias	Quantidade
Discussões	60
Leituras	58
Apresentação e discussão de projetos de pesquisa	51
Discussões sobre produções (artigos, trabalhos para eventos, etc.)	42
Orientação coletiva de teses e dissertações	39
Seminários	38
Produção coletiva de textos	38
Definição de projeto de pesquisa coletivo	38
Colóquios	1
Conversa com convidados sobre temáticas de interesse do grupo	1
Pré-bancas	1
Militância em movimentos sociais	1
Estudos mediados por integrantes do grupo	1
Organização de colóquios	1
Organização de pesquisas com a Instituição	1
Realização de pesquisa	1
Colóquios e rodas de conversa	1
Curso de Metodologia Científica; Proposição de Especialização em Coordenação Pedagógica	1
Total	374

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Observa-se que os grupos empregam diferentes estratégias que os caracterizam como comunidades epistêmicas e comunidades de práticas. Como é usual nas CHS, as atividades mais citadas foram: discussões, leituras, apresentação e discussão de projetos de pesquisa. Merece destaque o número de líderes que informaram a orientação coletiva como uma das atividades realizadas no grupo (39 líderes).

Com relação aos textos utilizados nas reuniões, a maioria dos respondentes informou que os textos são escolhidos pelo líder junto aos participantes. Ainda segundo os respondentes, a coordenação das reuniões é distinta entre os grupos: 30 (42,9%) responderam que as reuniões são coordenadas pelo líder, docentes e participantes; 21 (30%) responderam que é feita pelos pesquisadores que integram o grupo; e 19 (27%) responderam que são coordenadas exclusivamente pelo líder.

A Tabela 2 apresenta as principais temáticas discutidas pelos grupos.

Tabela 2 - Principais temáticas discutidas pelos Grupos de Pesquisa

Temáticas	Quantidade
Política Educacional/Políticas Educacionais	14
Metodologia da pesquisa e análise de dados	9
Trabalho docente e profissão docente	7
Currículo e políticas curriculares	6
Gestão democrática e gestão escolar democrática	6
Financiamento da Educação	5
Políticas de avaliação	5
Políticas públicas/Políticas públicas e gestão da Educação no Brasil	5
Reforma do Ensino Médio	4
Gestão da Educação/Gestão da Educação Básica	4
Privatização da Educação	4
Formação de professores/Políticas de formação de professores	4
Abordagem Materialista de Pesquisa em Políticas Educacionais	3
Abordagem do ciclo de políticas	2
Avaliação de políticas e programas	2
Gestão educacional e gestão educacional democrática	2
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2
Educação e trabalho	2
Epistemologias contra-hegemônicas	2
Gênero	2
Internacionalização	2
Materialismo histórico-dialético	2
Reforma de Estado e Educação	2
Avaliação institucional	2
Educação Especial/Educação Inclusiva	2
Planejamento educacional	2

Mainardes – Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Ensino Médio/Ensino Médio Integrado	2
Valorização docente/Sindicalismo docente	2
Projeto de Pesquisa	2
Análise de políticas	1
Estado e Educação	1
Epistemologias da política educacional/epistemologia educacional	1
Neoliberalismo e Educação	1
Gerencialismo	1
Relações raciais	1
Total	114

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Observa-se, nos Grupos de Pesquisa, alguma prioridade de questões mais abrangentes (Políticas Educacionais em geral) e de questões metodológicas, certamente necessárias para subsidiar as pesquisas dos participantes do grupo. Há também a discussão de temáticas mais específicas, tais como: financiamento da educação, políticas de avaliação, BNCC etc.

Contribuições dos Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Todos os respondentes destacaram contribuições positivas do Grupo de Pesquisa. Para eles, os Grupos de Pesquisa contribuem para a ampliação de conhecimentos e para a formação de pesquisadores; oportuniza a socialização e o aprendizado coletivo. As respostas dos líderes seguem a tendência das pesquisas brasileiras e estrangeiras sobre Grupos de Pesquisa, as quais, de modo geral, enaltecem a importância dos Grupos de Pesquisa. Apesar da importância, no Brasil e na América Latina, os Grupos de Pesquisa lutam por serem mais reconhecidos (LEMARCHAND, 2010; SIME POMA, 2017).

A Tabela 3 apresenta uma categorização das respostas dos líderes com relação à contribuição dos Grupos de Pesquisa.

Tabela 3 – Contribuições dos Grupos de Pesquisa

Contribuição	Quantidade
Ampliação de conhecimentos	24
Formação de pesquisadores	16
Grupo de Pesquisa como espaço de socialização, troca e compartilhamento	13
Espaço colaborativo formativo coletivo (formação colaborativa, produção coletiva)	14
Contribuições para a melhoria das teses e dissertações	11
Aprimoramento do Projeto de pesquisa e discussão sobre as temáticas/objetos de estudo dos mestrandos e doutorandos	9
Aprofundamento do referencial teórico-metodológico e discussões sobre questões metodológicas	9

Mainardes – Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Estímulo para o intercâmbio e produção acadêmica (publicações), socialização do conhecimento produzido	6
Desenvolvimento do senso crítico, formação política e desenvolvimento da postura crítica	3
Leitura de clássicos	2
Desenvolvimento da capacidade de escrita	2
Manutenção de revista	1
Realização de eventos	1
Total	111

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

A seguir, destacam-se algumas respostas dos líderes:

A contribuição do grupo se dá em três dimensões: 1) A pesquisa coletiva com a participação de todos integrantes possibilita o fazer da pesquisa, aproximando pesquisadores mais experientes de pesquisadores iniciantes; 2) O evento anual denominado Seminário Formação Docente, possibilita o aprender a organizar um evento que se constitui num espaço de divulgação de pesquisas; 3) O estudo de textos (artigos, relatórios, documentos) tem propiciado a apreensão de pesquisas e avanços nos campos do conhecimento. (L5).

1. Delimitação da referencial teórico-metodológico; 2. Favorece que os pesquisadores conheçam a linha de pesquisa em Políticas Educacionais; 3. Estudo de temas e problemáticas de pesquisa; 4. Produções conjuntas; 5. Convivência e amadurecimento acadêmico. (L7).

Fortalece a identidade, o espírito de pertencimento a determinado colegiado. Desperta e mantém o sentimento de não estar sozinho/a na trajetória formativa. (L9).

Aprofundamento do referencial teórico que sustenta o método de análise das políticas educacionais; Discussão de questões atuais que envolvem a educação; Possibilidade de análise e reflexão da utilização do método materialista histórico nas variadas pesquisas desenvolvidas pelo grupo. (L14).

A formação de gestores e pesquisadores com competências e conhecimentos sobre o modus operandi dos sistemas educacionais e seus desafios frente às políticas públicas de educação. (L20).

A participação no Grupo de Pesquisa propicia formação continuada a todos que se envolvem com as atividades de leitura, discussão temática e apresentação e análise de resultados das pesquisas desenvolvidas. Além, de desenvolvimento do senso crítico, atualização dos temas candentes da área de pesquisa do grupo, e da capacidade de escrita. (L24).

Discussão dos projetos de pesquisa; debate e aprofundamento de temáticas relacionadas aos projetos de pesquisa; aprofundamento de questões teórico-metodológicas. (L38).
Adensamento de categorias teóricas; elaboração e implementação de um projeto coletivo. As contribuições individuais fomentam o projeto coletivo e o projeto coletivo fortalece os projetos individuais. (L40).

Aproximação à literatura específica da área; aprofundamento teórico-conceitual e metodológico; contextualização histórica; estímulo ao intercâmbio e à produção acadêmica. (L50).

Estudar e manter-se atualizado sobre a área de conhecimento em foco; compartilhar experiências e inquietudes com pessoas que possuem interesses em comum; possibilidade de realizar pesquisas em conjunto e publicar os respectivos resultados; Ter parceiros para auxiliar nos estudos e pesquisas. (L54).

Os estudos em coletivo contribuem no aprofundamento dos aspectos teórico-metodológicos das pesquisas em andamento; ajudam a dirimir dúvidas e compreensões; além de promover a colaboração mútua nos estudos e no planejamento das atividades em campo. Os exercícios de solidariedade são muito formativos. (L55).

Troca e socialização. No grupo todos aprendem. (L60).

Os grupos com reuniões periódicas permitem o amadurecimento teórico, o acompanhamento do andamento das pesquisas dos estudantes, a manutenção de uma produção científica regular, tanto de artigos quanto em eventos científicos. (L63).

Aquisição e compartilhamento de conhecimento. (L65).

Dificuldades enfrentadas nos Grupos de Pesquisa

A Tabela 4 apresenta os dados relacionados às dificuldades encontradas. A principal dificuldade apontada pelos líderes foi a ausência de tempo dos estudantes para participarem das atividades do grupo. Os respondentes destacaram que a grande maioria dos estudantes possui vínculo empregatício, e alguns residem em outras cidades, o que dificulta reunir todos os membros do grupo, com certa frequência. A segunda dificuldade mais citada refere-se à falta de infraestrutura adequada para o grupo, seguida da ausência de financiamento para as pesquisas e para as necessidades do grupo. É importante também destacar a precariedade das condições de trabalho dos pesquisadores, que se encontravam sobrecarregados de tarefas, sem que as horas destinadas à pesquisa e às atividades do grupo fossem contempladas na carga horária do docente. Em outras perguntas do questionário, alguns líderes mostraram-se desencorajados em virtude das condições precárias de trabalho que impediam, por exemplo, a realização de parcerias com outros grupos e/ou pesquisadores nacionais ou estrangeiros.

Tabela 4 – Dificuldades apontadas pelos líderes

Dificuldades	Quantidade
Estudantes com pouco tempo para participar das atividades do Grupo de Pesquisa (estudantes trabalhadores)	22
Ausência de financiamento (para o grupo, para as pesquisas)	9
Infraestrutura inadequada (espaço físico, equipamentos, ventilação)	7
Precariedade das condições de trabalho dos pesquisadores (encargos na Graduação, não reconhecimento de carga horária docente para pesquisa e para grupos)	6
Rotatividade dos participantes (principalmente após a defesa)	5
Estudantes que residem fora da cidade-sede da Instituição	3
Não liberação do trabalho para participar (estudantes ou professores da Educação Básica)	2
Dificuldades para aprovar projetos em agências de fomento (grupos iniciantes)	2
Falta de base anterior (ausência de formação para a pesquisa)	2
Falta de tempo para produção coletiva	2
Falta de tempo para pesquisa coletiva	1
Manter a periodicidade dos encontros (agenda sistemática)	2
Manutenção de agenda sistemática (compromissos)	2
Pouca produção de egressos	2
Pouca produção dos participantes	2
Falta de assiduidade dos participantes	1
Ausência de sentimento de pertencimento do grupo	1
Inserção em intercâmbios internacionais	1
Poucas reuniões do grupo	1
Conseguir publicações acima de B3	1

Falta de bolsas para alunos da Graduação	1
Prazo exíguo do Mestrado	1
Falta de recursos para viagens (eventos) para apresentar resultados de pesquisa	1
Baixa regularidade em leitura	1
Inclusão do grupo como disciplina	1
Dificuldades para certificação da participação dos membros do grupo	1
Total	80

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Perspectivas teórico-epistemológicas⁶ dos Grupos de Pesquisa

Um dos objetivos da pesquisa era obter dados sobre as perspectivas teórico-epistemológicas que as pesquisas dos grupos se fundamentam e como essas questões têm sido enfrentadas nos grupos. Uma das perguntas do questionário indagava se todas as pesquisas do grupo eram realizadas dentro de uma mesma perspectiva teórico-epistemológica ou se havia possibilidade de diferentes perspectivas. A maioria dos respondentes (48,6%) informou que há uma diversidade de perspectivas; e 38,6% responderam que todas as pesquisas são realizadas em uma mesma perspectiva teórico-epistemológica. As demais respostas foram as seguintes:

Há dois referenciais predominantes e as pesquisas se encaixam dentro de um deles, sem misturar. (L50).

Em geral, as pesquisas são realizadas dentro de uma mesma perspectiva teórica, mas primamos pelo respeito à autonomia do/a pesquisador/a em relação às escolhas teóricas, garantindo a liberdade de expressão e o respeito à autonomia intelectual. (L30).

Há uma diversidade de perspectivas teórico-epistemológicas, mas uma predominância do Marxismo. (L12).

Tentamos manter uma mesma perspectiva, quase sempre, abarcando outras, quando necessário, sem maiores problemas. (L62).

Prevalece a busca pelo alcance da perspectiva do Materialismo histórico-dialético, mas nem todos seguem essa orientação. (L51).

⁶ No questionário, foi empregado o termo “perspectivas teórico-epistemológicas”. Atualmente, assumimos a perspectiva ético-ontopistemológica, que indica a indissociabilidade entre ética, ontologia e epistemologia (e metodologia) na perspectiva de Karen Barad e a unidade entre ser, saber e fazer, na perspectiva de Anna Stetsenko. A respeito dessa perspectiva, ver Stetsenko (2021), Vianna e Stetsenko (2021) e Mainardes (2021a).

Há uma combinação entre as perspectivas teóricas. (L65).

Os referenciais teóricos são definidos para atender aos objetos de estudo. (L45).

No momento, são os autores citados na questão anterior: Bourdieu, Foucault e Stephen Ball. (L52).

A Tabela 5 apresenta as perspectivas epistemológicas citadas pelos respondentes. As mais citadas foram as seguintes: a) Materialismo histórico-dialético; e b) Marxismo e Neomarxismo. A perspectiva pluralista foi indicada por cinco líderes, e o mesmo número apontou que o Grupo de Pesquisa utiliza uma diversidade de vertentes. Além disso, uma série de outras combinações foram citadas pelos líderes.

Tabela 5 – Perspectivas epistemológicas citadas pelos respondentes

Perspectiva	Quantidade
Marxismo (Materialismo histórico-dialético)	21
Marxismo e Neomarxismo	9
Pluralismo	5
O grupo não emprega uma perspectiva específica. Há uma diversidade de vertentes.	5
Pós-estruturalismo, Marxismo, Pluralismo, etc.	4
Pós-estruturalismo	3
Pós-estruturalismo e Marxismo	2
Pós-estruturalismo, Marxismo, Neomarxismo	2
Construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu	1
Decolonialidade	1
Estruturalismo e Pós-estruturalismo	1
Fundamentos da Educação Comparada	1
Hermenêutica	1
Interacionismo simbólico e o campo teórico tributário da Sociologia da ação ou teorias da ação	1
Marxismo e a teoria crítica	1
Marxismo, Pluralismo, Neomarxismo	1
Marxismo, Pluralismo, Multiculturalismo	1
Materialismo Histórico-Dialético e Estudos Pós-Coloniais	1
Neoinstitucionalismo e a Sociologia francesa das regulações sociais	1
Neo-Institucionalismo histórico, teoria da escolha racional, <i>Multilevel governance</i>	1
Paradigma do conflito e paradigma do consenso (abordagem empírico-racional)	1
Perspectiva crítica, com ideias marxistas, mas não descarta alguns autores pluralistas	1

Mainardes – Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Pós-Estruturalismo (Filosofia da Diferença) e Cognitivismo	1
Pós-estruturalismo e Clínica da Atividade	1
Pós-estruturalismo e pluralismo	1
Pós-estruturalismo, Pós-colonialismo	1
Positivismo, Marxismo	1
Total	70

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Os autores mais citados pelos respondentes foram os seguintes: Karl Marx (23 citações), Antonio Gramsci (20), Stephen J. Ball (20), Dermeval Saviani (13), István Mészáros (10), Pierre Bourdieu (10), Gaudêncio Frigotto (9), Michel Foucault (7), Roger Dale (6), Jamil Cury (6), Michael Apple (5), Boaventura de Sousa Santos (5), Dalila Andrade Oliveira (5), Paulo Freire (5), José Paulo Netto (5), David Harvey (4), Luiz Dourado (4), Eneida Shiroma (4), Karl Marx e Friedrich Engels (4), Almerindo Afonso (3), Catherine Walsh (3), Maria Ciavatta (3), Gilles Deleuze (3), Friedrich Engels (3), José Carlos Libâneo (3), Newton Duarte (3), Olinda Evangelista (3), Susan Robertson (3).

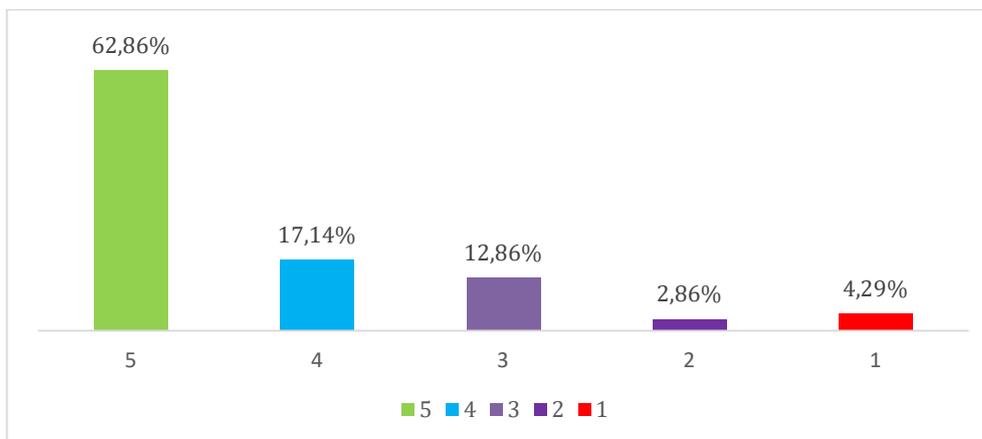
As respostas dos líderes sobre essa questão indicam a presença significativa da perspectiva marxista que tem sido uma fundamentação muito presente nos estudos de Política Educacional, principalmente a partir da década de 1970. Simultaneamente, observa-se um número significativo de respostas que apontam o interesse dos Grupos de Pesquisa no que pode ser denominado de “estratégia da teorização combinada” (MCLENANN, 1996), que diz respeito à tentativa de articular teorias de diferentes matrizes epistemológicas para a composição de um referencial teórico. Essa tendência nas pesquisas do campo da Política Educacional já foi indicada em outros estudos de metapesquisa (MAINARDES, 2017, 2018, 2021d; CAMARGO, 2018; TONIETO; FÁVERO, 2021; MOREIRA, 2021).

No caso de Grupos de Pesquisa que empregam uma mesma perspectiva teórico-epistemológica em todas as pesquisas (dissertações, teses etc.), é possível que existam dificuldades para estudantes (Graduação e Pós-Graduação) que, porventura, não têm familiaridade com aquele referencial específico. São questões relevantes a serem pesquisadas em futuras pesquisas, uma vez que a apropriação de um referencial teórico-epistemológico é um desafio e um investimento em longo prazo, o qual, certamente, ultrapassa o período da realização de Mestrado ou Doutorado. Além disso, deve-se levar em consideração que as perspectivas teórico-epistemológicas possuem valores e orientações específicas que podem ser distintas dos valores e das orientações dos pesquisadores. Nesse sentido, as discussões sobre ético-ontopistemologia na pesquisa da área de Educação mostram-se relevantes (STETSENKO, 2021; VIANNA; STETSENKO, 2021; MAINARDES, 2021a).

Interrogou-se também se, nas produções dos participantes do Grupo de Pesquisa, havia a preocupação em explicitar a perspectiva epistemológica. 71,4% dos respondentes informaram positivamente; 24,3% informaram que cada participante decide pela explicitação ou não; e 4,3% responderam negativamente.

O questionário incluía uma questão específica a respeito da importância da explicitação da perspectiva teórico-epistemológica nas pesquisas e nas publicações. O Gráfico 1 apresenta os resultados, os quais indicam que a maior parte (44 respondentes - 62,9%) consideraram muito importante⁷.

Gráfico 1 – Importância da explicitação da perspectiva epistemológica nos relatórios de pesquisa (artigos, teses, dissertações)



Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Questionou-se, também, se houve alguma discussão no Grupo de Pesquisa a respeito da importância e da validade da explicitação (ou não) da perspectiva epistemológica que fundamenta as pesquisas. A maioria respondeu positivamente (62 respondentes) e oito negativamente. De acordo com os respondentes, a discussão sobre isso resultou no seguinte: 52 respondentes afirmaram que a decisão foi pela explicitação; 12, pela não explicitação; e seis não responderam.

Os líderes que entendem que a explicitação não é necessária destacaram a importância da “autonomia do pesquisador” (L37); que os “[...] autores utilizados demarcam o campo teórico, sem obrigatoriedade de explicitá-los” (L25); e, ainda, que a “[...] explicitação da abordagem teórico epistemológica não é uma exigência. Se o pesquisador(a) em formação consegue expor de modo fundamentado o método, esta explicitação ocorre” (L68).

Os líderes de Grupos de Pesquisa que responderam que a decisão do seu grupo foi favorável à explicitação da perspectiva teórica apresentaram as justificativas destacadas a seguir:

⁷ O questionário indica 5 como muito importante e 1 irrelevante.

O grupo entendeu que deveria explicitar a perspectiva teórico-epistemológica nos textos das pesquisas, dos artigos para publicações em periódicos e em eventos, por considerar fundamental mostrar a compreensão do fenômeno pesquisado bem como os resultados encontrados com a perspectiva utilizada para desenvolver a pesquisa. (L23).

A perspectiva teórico-epistemológica é um guia para o desenvolvimento da pesquisa, é preciso clareza sobre qual perspectiva orientará a investigação, a fim de evitar o ecletismo teórico e de possibilitar reflexões substanciais sobre a educação. (L39).

Que se deveria esclarecer ao leitor o enfoque teórico-epistemológico adotado pelo/s autor/es. (L14).

A explicitação da perspectiva teórico-epistemológica não só é importante como é fundamental. (L18).

Obrigatoriedade de explicitação da perspectiva teórico-epistemológica (modelo epistemológico) em qualquer trabalho acadêmico. (L4).

A explicitação é fundamental e precisa constar de modo claro e fundamentado da tese/dissertação ou trabalho acadêmico. (L7).

Quando se discutem os desenhos de pesquisas com os pesquisadores, desde os graduandos até os doutorandos, reforça-se e cobra-se a definição clara de categorias teóricas a serem assumidas nos trabalhos. (L24).

Seguirmos fomentando estudos e discussões para melhor definir os referenciais teórico-epistemológicos nas pesquisas. (L28).

Todas as pesquisas devem convergir para uma assunção e explicitação da perspectiva teórico-epistemológica. (L40).

Sempre tornar clara a perspectiva teórica-epistemológica que fundamenta o artigo, dissertação, tese, para que a análise dos dados produzidos a partir de definição clara de método de pesquisa possa ter continuidade e estabeleça contribuições para a produção de políticas e de práticas que transformem o espaço/tempo da escola. (L45).

Definimos que é recomendável que no estudo seja explicitado no capítulo metodológico a perspectiva teórico-metodológica que alimenta o estudo, seja nos relatórios do grupo ou nos textos de dissertação ou tese. (L49).

Explicitar a perspectiva teórico-epistemológica qualifica as pesquisas e os artigos. (L50).

Definir sempre a perspectiva, a fim de nortear o leitor que acessa as pesquisas. (L62).

Decidiu-se que a perspectiva teórica constaria em todos os textos para publicação. (L69).

A respondente L41 destacou que é importante “anunciar o método, mas é necessário manter uma coerência de utilização ao longo de toda a pesquisa”. A respondente L17 indicou algo relevante, considerando que, normalmente, há rotatividade de participantes nos Grupos de Pesquisa: “A discussão acerca da explicitação teórica é discutida de acordo com a entrada de novos membros”. A respondente L61 destacou que: “Muitos colegas ainda não compreendem a necessidade de tal explicitação (ou não dominam exatamente a condição de tal explicitação). Tal movimento tem sido respeitado, para que seja uma construção do sujeito em formação e não uma definição do grupo”. Observa-se, assim, que há diferentes variações e possibilidades sobre a questão da explicitação das perspectivas teórico-epistemológicas.

Como já mencionado, o Materialismo histórico-dialético tem sido uma importante fundamentação dos estudos de Política Educacional. Na resposta sobre a decisão do Grupo de Pesquisa com relação à explicitação da perspectiva epistemológica, diversos respondentes reafirmaram adesão à perspectiva do Materialismo histórico-dialético:

A utilização dos pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo histórico-dialético. (L2).

Que a perspectiva teórico-epistemológica adequada para as pesquisas sobre políticas educacionais é o Materialismo histórico-dialético. (L3).

Decidimos que nosso grupo usará a perspectiva teórica do marxismo e os instrumentos que achamos mais dialéticos. (L8).

Seguir uma perspectiva marxista, com algumas contribuições pluralistas em relação a alguns autores. (L13).

Manter a fidelidade ao método e as leituras marxianas e marxistas. Os outros estudos de outros referencias são utilizados para conhecimento da diversidade epistemológica. Para aprimorar o conhecimento das diversas vertentes. (L20).

Trata-se de um grupo marxista que realiza pesquisa em educação. (L57).

Decidimos que explicitaríamos o Materialismo histórico-dialético como nosso referencial teórico-conceitual e metodológico. (L66).

O maior consenso é em relação à perspectiva teórico-metodológica de Gramsci, destacando-se a concepção de Estado ampliado. (L64).

Duas respostas, em particular, destacaram a importância da coerência ao operar com perspectivas teórico-epistemológicas: “Mais que explicitar a perspectiva teórico-metodológica, esta deve ser o instrumento de exposição do tema, pois no marxismo não se separa forma de conteúdo” (L29); e: “A decisão foi a de que mais importante do que a explicitação do referencial é o uso das categorias de análise propostas, totalidade, historicidade e contradição, na realização da investigação. As pesquisas buscam se guiar por essa orientação” (L51).

Na resposta de L31 e L53, observa-se que, em alguns casos, mantém-se a perspectiva marxista, mas com abertura para outras possibilidades analíticas:

Desde a sua criação (2014), a definição já era na perspectiva marxista. Com apenas 5 anos de existência, houve a necessidade do grupo (e ainda há!) em compreender melhor sobre a metodologia de pesquisa na linha de Políticas Educacionais. A percepção e o estudo de outras pesquisas (dissertações e teses) orientadas por colegas brasileiros com uma ampla trajetória na linha é um dos meios pelo qual o grupo se permitiu a conhecer e a utilizar algumas ferramentas metodológicas para a análise de documentos na perspectiva pós-estruturalista/pluralista ou neomarxista. (L31).

Tendeu-se para o uso do campo teórico da Sociologia Política da Educação, sob o entendimento de que tal perspectiva incorpora o Materialismo histórico-dialético e atualiza categorias à luz das mudanças empíricas. (L53).

Em um outro conjunto de respostas, houve menção ao “respeito ao pluralismo” (L34) e, ainda, a declaração de que: “A decisão mais consensual foi que é preciso evitar perspectivas ecléticas, porém pode-se buscar diálogos entre correntes que podem se complementar, por exemplo neomarxismo e pós-estruturalismo” (L5).

Um outro conjunto de respondentes expressaram a adesão ao Pós-estruturalismo:

Expressar o referencial socio-histórico e no caso da utilização de autores pós-estruturalistas destacar a relação destes com o referencial marxista. (L35).

Explicitar a base teórica foucaultiana dos conceitos utilizados. (L26).

É fundamental a presença de uma opção epistemológica em todas as produções do grupo. A maioria optou por utilizar abordagens vinculadas ao Pós-estruturalismo, embora existe uma parcela que trabalha com o marxismo, mas não é possível abrir mão de uma opção epistemológica que fundamente os estudos. (L46).

Opção pelo Pós-estruturalismo. (L54).

Finalmente, os respondentes L10 e L65 mencionaram a adesão a um conceito mais amplo e genérico de “perspectiva crítico-transformadora” e perspectiva crítica:

Trabalha-se com autores numa perspectiva crítico-transformadora. (L10).

O grupo tem uma longa história e essa discussão já foi realizada em muitos momentos. No geral a perspectiva crítica é o que orienta os pesquisadores nas suas elaborações. (L 65).

A questão da explicitação tem sido debatida no campo da Política Educacional. Um desses espaços tem sido as publicações e os eventos da *Red Latinoamericana de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe). Embora não haja um consenso a respeito, os dados dos questionários indicaram que tem havido uma preocupação com relação a essas questões. Uma alternativa que parece adequada é debater a importância do pesquisador ter clareza a respeito das questões ético-ontopistemológicas que fundamentam a sua pesquisa e, na medida do possível, buscar explicitá-la em seus textos. Tornar tal explicitação como um elemento “obrigatório” pode não fazer sentido quando o pesquisador tem pouca clareza da sua perspectiva ético-ontopistemológica, a qual deve ser entendida como um processo longo, reflexivo e com elevado grau de autonomia. As consequências da adoção de um Grupo de Pesquisa de uma única perspectiva teórica, indicada por aproximadamente 50% dos respondentes desta pesquisa, é uma questão ainda a ser mais bem explorada em outras pesquisas.

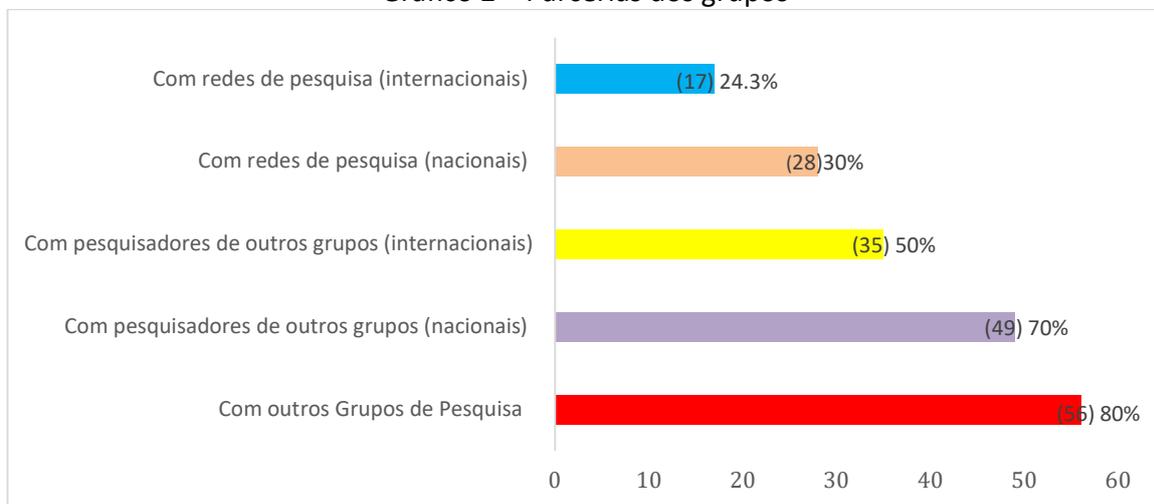
Intercâmbios e parcerias do Grupo de Pesquisa

Os intercâmbios e as parcerias são bastante valorizados na literatura sobre Grupos de Pesquisas. O Gráfico 2 apresenta dados sobre essa questão. 80% dos líderes (56) responderam que o Grupo de Pesquisa possui interlocução/parcerias com outros grupos; 70% declararam que o grupo possui parceria com pesquisadores de outros grupos (nacionais); 50%, com pesquisadores de outros grupos (internacionais); 40%,

com redes de pesquisa nacionais; e 24,3%, com redes de pesquisa internacionais. Entre as parcerias mais relevantes, L57 informou parcerias com redes de ensino.

No levantamento realizado no DGPB/CNPq, constatou-se que, dos 275 grupos, apenas 61 (22,2%) informaram a existência de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, e 62 grupos informaram a participação em redes de pesquisa. Foram citadas parcerias com 217 instituições nacionais e 47 estrangeiras (MAINARDES, 2021b). De modo geral, a questão da interatividade dos Grupos de Pesquisa de Política Educacional pode ser considerada ainda restrita.

Gráfico 2 – Parcerias dos grupos



Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Todos os respondentes destacaram a importância das parcerias, mas três indicaram que não mantêm parcerias com outros grupos ou redes, alegando falta de recursos. As principais contribuições dos intercâmbios e das parcerias foram sistematizadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Categorização das respostas relacionadas à contribuição de intercâmbios e parcerias com outros grupos

Categorias	Quantidade
Dinamizam a produção, publicação de artigos, produções coletivas, projetos de pesquisa coletivos.	34
Permite a realização ou participação em eventos (colóquios, seminários).	12
Permite a troca entre grupos (experiências, bibliografias, indicações).	8
Permite a ampliação da visão.	8
Permite o intercâmbio e a interlocução com pesquisadores de outros grupos.	8

Mainardes – Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Participação em bancas de Mestrado e Doutorado.	6
Contribui para o crescimento acadêmico e para o aprofundamento (adensamento) teórico-metodológico.	6
Discussões teóricas, discussões sobre resultados de pesquisas, sobre abordagens e fundamentos para a pesquisa.	6
Contribui para a formação dos pesquisadores.	5
Permite a divulgação/socialização dos trabalhos.	4
Participação em reuniões para discutir pesquisa.	4
Desenvolvimento de pesquisa em rede.	3
Permite a oxigenação das abordagens e pontos de vista, visualização de novos panoramas.	3
Aumenta a visibilidade do grupo.	2
Contribui para a internacionalização.	2
Auxilia para o grupo ter acesso a uma visão mais global acerca dos fenômenos estudados.	2
Permite a articulação para eventos e construção coletiva de projetos.	2
Contribui para consolidar o grupo.	2
Facilita estratégias de pesquisa colaborativa e a realização de pesquisas em rede.	1
Fortalece a base teórica do grupo.	1
Parcerias em coorientações de teses.	1
Aumenta a motivação do grupo.	1
Total	121

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Observa-se que os líderes destacaram as contribuições para a dinamização da produção e das publicações. Houve várias menções a projetos de pesquisa coletivos e produções coletivas.

A Tabela 7 apresenta as associações científicas às quais os grupos estão vinculados. Nessa resposta, alguns líderes informaram também redes de pesquisa, tais como a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Redestrado) e a ReLePe.

Tabela 7 – Associações científicas às quais o Grupo de Pesquisa está ligado

Entidade	Quantidade
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)	53
Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae)	40
Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope)	12
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca)	9
Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)	5
Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave), Associação Brasileira de Currículo (ABdC)	5

Mainardes – Grupos de Pesquisa de Política Educacional

Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (Epen), da ANPEd Norte e Nordeste, Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa)	5
Redestrado, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	4
Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), <i>World Education Research Association</i> (Wera), Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (Histedbr), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), Epen (Anped Nordeste), ReLePe	3
GT 11 – Políticas de Educação Superior (ANPEd), Associação Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (Forges), Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ), Rede Escola Pública e Universidade, Pesquisa Observatório da Educação, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (Endipe), <i>International Congress on Mathematical Education</i> (ICME), <i>Congreso Iberoamericano de Educación Matemática</i> (Cibem), Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste), Instituto Socioambiental (Isa), Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC), Centro de Inovação Educacional em Saúde (Cies), <i>American Educational Research Association</i> (Aera), Nossa Rede, Associação Brasileira de Linguística (Abralin), Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (Aled), <i>Biograph</i> , Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (Anpap)	1

Fonte: Dados da pesquisa organizados pelo autor.

Ética em Pesquisa

O questionário incluía também uma questão sobre ética em pesquisa. Segundo 78% dos respondentes, essa questão foi ou tem sido discutida no Grupo de Pesquisa e 22% dos líderes informaram que não houve discussões sobre essa questão. As discussões sobre ética em pesquisa vêm sendo estimuladas na área de Educação, de forma mais sistemática, a partir de 2015, principalmente pela ANPEd, por meio da Comissão de Ética em Pesquisa. Trata-se de uma questão fundamental para todos os pesquisadores da área, mormente quando o foco da discussão procura ir além da submissão ou não do projeto de pesquisa a um Comitê de Ética. A questão, sem dúvida, é muito mais ampla, pois a ética está presente em todas as etapas da pesquisa, da elaboração do projeto até a publicação e a devolutiva. Além disso, na perspectiva ético-ontopistemológica em pesquisa, a ética, a ontologia e a epistemologia são elementos indissociáveis (STETSENKO, 2021; MAINARDES, 2021a). Nessa perspectiva, todas as pesquisas envolvem questões éticas.

Considerações finais

Neste artigo, foram explorados os dados de um questionário *online*, respondido por líderes de Grupos de Pesquisa de Política Educacional. Pôde-se observar que os grupos são bastante distintos, principalmente no que se refere ao nível de consolidação, infraestrutura e condições de trabalho dos pesquisadores. Enquanto a maioria dos líderes destacou as contribuições e as potencialidades do grupo, outros indicaram limitações que dificultam o desenvolvimento do grupo. Por exemplo, uma das respondentes assim se manifestou: “O grupo produz muito pouco. Infelizmente não temos condições de desenvolver pesquisas, o foco tem sido o ensino e, um pouco, os projetos de extensão” (L60). Essas diferentes realidades retratam a distribuição desigual de capitais econômicos e simbólicos entre os Grupos de Pesquisa. Esses fatores individuais, organizacionais e infraestruturais afetam o desenvolvimento do grupo, bem como a produtividade e a intensidade da troca de informações relacionadas à pesquisa.

A partir dos dados do questionário, foi possível observar que os grupos funcionam como comunidades de práticas e como comunidades epistêmicas. O Grupo de Pesquisa constitui-se em um espaço privilegiado para a discussão de temáticas e instrumentalização dos seus participantes para a prática da pesquisa, sobretudo para os iniciantes. No entanto, o grupo é também um espaço para a realização de discussões de natureza ético-ontoepestemológica que são essenciais para a formação do pesquisador, pois poderão auxiliá-lo a assumir posicionamentos de forma mais consciente e esclarecida, bem como a empregar os referenciais ético-ontoepestemológicos de forma mais coerente.

Tendo em vista a escassez de pesquisas sobre Grupos de Pesquisa no Brasil, destaca-se a necessidade da realização de mais pesquisas, particularmente voltadas à análise da estrutura e do funcionamento de grupos na grande área das CHS e, também, da Educação, com o objetivo de compreender qual o papel dos grupos e como o conhecimento é produzido nos grupos. Observou-se que os Grupos de Pesquisa de CHS constituem-se como espaços de socialização e de debate, com o desenvolvimento de projetos de pesquisa geralmente individuais. Parece ser relevante, nesse caso, a obtenção de dados gerais sobre o funcionamento de Grupos de Pesquisa e, também, estudos de natureza etnográfica para apreender o funcionamento desses grupos como unidade de análise.

No caso da Política Educacional, há um estudo de nível macro (MAINARDES, 2021b) e publicações sobre a trajetória de grupos (LUCE *et al.*, 2012; OLIVEIRA; ASSIS, 2012; TAVARES, 2012). Destaca-se a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o funcionamento dos grupos e como as questões teórico-epistemológicas (ou, de forma mais ampla, ético-ontoepestemológicas) têm sido tratadas, diante da diversidade de temas, de abordagens teórico-metodológicas, cosmovisões e de posicionamentos ético-ontoepestemológicos dos participantes do grupo.

A partir dos dados do questionário, constatou-se que há, nos grupos, uma preocupação com as questões teórico-epistemológicas e metodológicas. Em diversos grupos, há a opção por uma única

perspectiva, com especial referência ao materialismo histórico-dialético e à perspectiva pluralista, identificada pela tentativa de combinar teorias, conceitos e/ou ideias de matrizes epistemológicas distintas.

Os dados também indicam que algumas temáticas necessitam ser exploradas em futuras pesquisas, tais como: a) o potencial da perspectiva pós-Estruturalista para a pesquisa em Políticas Educacionais; b) o que, de fato, constitui uma perspectiva crítica na pesquisa de políticas educacionais; e c) quais as características e as contribuições da Sociologia das Políticas Educacionais. O enfrentamento dessas questões demanda a realização de pesquisas teóricas, a partir da análise do que já foi produzido no Brasil e, também, da análise aprofundada da extensa literatura a respeito dessas questões existentes em língua Inglesa.

Finalmente, a partir dos dados obtidos, aponta-se que os Grupos de Pesquisa necessitam ser mais valorizados nas universidades e pelos órgãos de fomento, pois, para a sua consolidação, os Grupos de Pesquisa necessitam de apoio institucional, infraestrutura e políticas contínuas de financiamento.

Marli André, em 2007, ao enfatizar a importância dos Grupos de Pesquisa para a formação de pesquisadores, afirmou:

Temos clareza de que o conhecimento é fruto de um processo coletivo. No nosso caso, participamos de uma comunidade de pesquisadores que se dedica à investigação das problemáticas educacionais, com o objetivo de compreendê-las, e com o apoio nos conhecimentos já acumulados, interpretá-las e sugerir caminhos para superar os pontos críticos e reforçar as conquistas. Nesse processo de produção coletiva de conhecimento e de comunicação com o outro, de nossas descobertas, podemos imprimir às nossas ações um caráter formador e emancipatório. Formador, enquanto nos dispusermos a compartilhar nossas buscas e nossas descobertas com nossos alunos, com colegas da área e com outros interessados. Emancipatório, se entendermos que, ao conhecer melhor a realidade, podemos agir mais efetivamente sobre ela, mudando-a na direção desejada. Estaremos mais livres para escolher e para nos livrarmos das amarras da dependência e da submissão. (ANDRÉ, 2007, p. 134)⁸.

Esse excerto expressa o ideal do papel que os Grupos de Pesquisa têm no processo de formação de pesquisadores e no desenvolvimento de pesquisas e de sua aplicação à realidade.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Notas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 51-56, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32275>

⁸ A respeito das contribuições de Marli André para a discussão sobre Grupos de Pesquisa, ver o artigo de Bianchetti (2021).

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Grupos de pesquisa: formação ou burocratização?. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 23, p. 133-138, nov. 2007.

BIANCHETTI, Lucídio. Grupos de pesquisa e formação de orientadores: tributo à Marli André (in memoriam). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 6, n. 17, p. 181-190, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2021.v6.n17.p181-190>

BLASI, Brigida; ROMAGNOSI, Sandra. Reflection on the collectivization of science through research groups. **Journal of Science Communication**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 1-4, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico**. Ciência de La ciencia y reflexividade. Barcelona: Ed. Anagrama, 2003.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

BRASIL. **Resolução Nº 5, de 10 março de 1983**. Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, [1983]. Disponível em: <https://bit.ly/2TuyJLQ>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CAMARGO, Ediógenes Paes de. **O método materialista histórico-dialético em pesquisas do campo da Política Educacional: limites e possibilidades**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

DEGN, Lise *et al.* Research groups as communities of practice: a case study of four high-performing research groups. **High Education**, [s. l.], n. 76, p. 231-246, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-017-0205-2>

FELDMAN, Allan; DIVOLL, Kent A.; ROGAN-KLYVE, Allyson. Becoming researchers: the participation of undergraduate and graduate students in scientific research groups. **Science Education**, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 218-243, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/sce.21051>

GEMAQUE, Rosana; GUTIERREZ, Dalva Valente; MENDES, Danielle Cristina de Brito. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN): algumas reflexões sobre sua constituição, processos e desafios. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 37-50, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32274>

KYVIK, Svein; REYMERT, Ingvild. Research collaboration in groups and networks: differences across academic fields. **Scientometrics**, [s. l.], n. 113, p. 951-967, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2497-5>

LEMARCHAND, Guillermo A. (ed.). **Sistemas nacionales de ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe**. Montevideú: Unesco, 2010.

LÓPEZ-YÁÑEZ, Julián; ALTOPIEDI, Mariana. Evolution and social dynamics of acknowledged research groups. **High Education**, [s. l.], v. 70, p. 629-647, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-014-9835-9>

LUCE, Maria Beatriz *et al.* Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da UFRGS: linhas convergentes e paralelas. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 18-30, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32272>

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230034>

MAINARDES, Jefferson. Autoentrevista. *In*: MAINARDES, Jefferson. **Alfabetização e prática pedagógica: trajetórias & vivências**. Curitiba: CRV, 2021a. p. 127-143.

MAINARDES, Jefferson. Panorama dos grupos de pesquisa de Política Educacional no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, p. 1-25, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v15i0.79217>

MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa da área de Educação no Brasil: revisão de literatura. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, p. 1-23, 2021c.

MAINARDES, Jefferson. A metapesquisa no campo da Política Educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In*: MAINARDES, Jefferson (org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional**. Curitiba: CRV, 2021d. p. 19-43.

MATOS, Cleide Carvalho de; REIS, Manuelle Espindola dos. Grupos de pesquisa de política educacional na região Norte: espaços mobilizadores de formação de pesquisadores. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 111-130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20190101>

MATOS, Cleide Carvalho de; REIS, Manuelle Espindola dos; COSTA, Waldelicy Lacerda da. Grupos de pesquisa sobre política educacional e as redes de pesquisas construídas por meio da produção científica em coautoria. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2014553, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.14553.002>

MCLENNAN, Gregor. Post-Marxism and the “four sins” of modernist theorizing. **New Left Review**, London, n. 218, p. 53-74, 1996.

MOREIRA, Laélia Portela. O Programa Universidade Para Todos em tese da área de Educação: temáticas, fundamentos e níveis de abstração. *In*: MAINARDES, Jefferson. (org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 45-70.

OLIVEIRA, João Ferreira de; ASSIS, Lúcia Maria. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás: trajetória e

desafios da pesquisa e da formação. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 31-36, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32273>

RAGOUET, Pascal. Campo científico. *In*: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (org.). **Vocabulário de Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 68-70.

SIME POMA, Luis. Configuraciones temáticas de los grupos de investigación universitarios en Psicología de la Educación. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 178-191, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2014.n1.v1.361>

SIME POMA, Luis. Grupos de investigación en educación: hacia una tipología multirreferencial desde casos representativos. **Revista de la Educación Superior**, Cidade do México, v. 46, n. 184, p. 97-116, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resu.2017.12.002>

STETSENKO, Anna. Ético-ontopistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em educação**: subsídios. v. 2. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. p. 20-30.

TAVARES, Taís Moura. NuPE/UFPR – Núcleo de Políticas Educacionais: criação, características e desafios. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 12-17, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32271>

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto. A pesquisa em Política Educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010-2012). *In*: MAINARDES, Jefferson. (org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 45-70. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14901.030>

VIANNA, Eduardo; STETSENKO, Anna. compromisso e posicionamento: ética em pesquisa ativista transformadora. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em educação**: subsídios. v. 2. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. p. 23-28.

ZIMAN, John Michael. The collectivization of science. **Proceedings of the Royal Society**, [s. l.], n. 219, p. 1-19, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1098/rspb.1983.0055>

Submetido: 29/07/2021

Aceito: 20/10/2021